

## RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

### SENADO FEDERAL

Plenário – 09 a 11/07

O Plenário do Senado deve analisar a PEC 66/2023, que estabelece medidas para aliviar as contas dos municípios. O texto reabre o prazo para que as prefeituras parcelem dívidas com a Previdência Social e define limites para o pagamento de precatórios — valores devidos pelo poder público decorrentes de sentenças judiciais — pelos municípios. Será a primeira de cinco sessões de discussão antes do primeiro turno de votação.

Ainda durante a sessão plenária desta terça-feira ocorrerá a primeira discussão da PEC 26/2022, que cria regras para a eleição dos órgãos diretivos dos tribunais estaduais de Justiça dos estados. Entre outras medidas, a PEC prevê que a eleição será por maioria absoluta e voto direto e secreto.

Outras matérias poderão ser deliberadas mediante acordo de líderes.

**Resultado:** O Plenário do Senado aprovou projeto que cria o Conselho Curador do Fundo de Aperfeiçoamento da Defensoria Pública da União. O objetivo do fundo é garantir recursos para investimentos na DPU. O PL 3.038/2021 segue para sanção.

Também segue para sanção presidencial o PL 147/2024, que inclui o projeto Banco Vermelho no âmbito da campanha Agosto Lilás. O objetivo é promover ações de conscientização sobre a violência contra a mulher em locais públicos.

### Comissão de Direitos Humanos - 09/07 - 10h - Plenário 02

**Audiência Pública** para celebrar os 25 anos da Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, que estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas

e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal. Foram convidados, entre outros:

- Ministro de Estado Silvio Luiz de Almeida, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania;
- **Gustavo Pessanha Velloso, Procurador Regional da República;**
- Danilo Pereira Junior, Juiz Federal;
- Bruno Renato Nascimento Teixeira, Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

**Resultado:** Os 25 anos da Lei 9.807, de 1999, que instituiu a política de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas, foram celebrados nesta terça-feira (9) pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Presente em 16 unidades da federação, com financiamento do governo federal e colaboração dos governos estaduais, atualmente a política assegura proteção a aproximadamente 500 pessoas, incluindo testemunhas de crimes e seus familiares. A maioria das protegidas são mulheres, negras e adultas. A política busca atender essas pessoas por meio de programas estaduais e do Programa Federal de Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (o Provita, que foi criado pela Lei 9.807, de 1999, e é gerido diretamente pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania).

Durante o debate, o Procurador Regional da República Gustavo Pessanha Velloso, enfatizou a assertividade da política. Ele declarou que nenhuma testemunha inserida no programa foi morta em todos os anos de existência do Provita. “Precisamos ressaltar que essa é uma celebração da democracia. Logicamente, há muitos atores envolvidos nessa ação que merecem elogios, mas não podem aparecer por motivos óbvios.”

Para assistir ao debate completo, [clique aqui](#).

**Comissão temporária sobre inteligência artificial (CTIA) - 09/07 - 10h - Plenário 03**

A Comissão Temporária sobre inteligência artificial (CTIA) deve votar nesta terça-feira (9), às 10h, o projeto de lei que regulamenta a IA no Brasil. A proposta estabelece princípios e direitos sobre o tema, além de regras para uso e fiscalização da tecnologia de acordo com o risco que a atividade oferece. Depois de tramitar na Comissão, a matéria segue para análise do Plenário.

O relator, senador Eduardo Gomes (PL-TO), apresentou um substitutivo ao projeto e as demais proposições que tramitam em conjunto. Para acessar o parecer do relator, [clique aqui](#).

Tramitam em conjunto as seguintes proposições: PL 2338/2023; PL 21/2020; PL 5.051/2019; PL 5.691/2019; PL 872/2021; PL 3.592/2023; PL 210/2024; e PL 266/2024.

**Resultado:** Não deliberado.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**Plenário - 08 a 11/07**

Pauta da semana ainda não foi divulgada.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que a regulamentação da reforma tributária (PLP 68/24) começa a ser votada a partir da próxima quarta-feira (10) pelo Plenário da Casa.

O grupo de trabalho que debateu as regras gerais de operação dos tributos criados sobre o consumo, que vão substituir PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS após um período de transição (2026 a 2033), vai apresentar o parecer nesta quinta-feira (4).

**Resultado:** A Câmara dos Deputados aprovou em dois turnos a PEC 9/2023, que propõe a criação de uma espécie de Refis (refinanciamento de dívidas) para partidos políticos, seus institutos ou fundações a fim de regularizarem seus débitos com isenção dos juros e multas

acumulados, aplicando-se apenas a correção monetária sobre os montantes originais. A PEC será enviada ao Senado. Para acessar a redação final aprovada na Câmara, [clique aqui](#).

O texto aprovado também considera como cumprida a aplicação de qualquer valor de recursos em candidaturas de pessoas pretas e pardas nas eleições ocorridas até a promulgação da futura emenda constitucional. No entanto, a regra valerá apenas se o partido aplicar, nas quatro eleições seguintes à promulgação da emenda e a partir de 2026, a diferença em relação à cota que não foi cumprida nas eleições anteriores.

A Câmara dos Deputados concluiu a votação do projeto que regulamenta a reforma tributária (Projeto de Lei Complementar 68/24), com várias mudanças em relação ao projeto original, de autoria do Poder Executivo. A proposta será enviada ao Senado. Para acessar o último parecer aprovado em Plenário, [clique aqui](#). (a redação final a ser enviada ao Senado não foi divulgada)